

Petição pública pelo fim da precariedade laboral pública e privada

Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República,
Exmo. Senhor Presidente da República

Petição pública pelo fim da precariedade laboral em Portugal

Baixos salários
Falsa prestação de serviços (subcontratação de quadros permanentes da empresa)
Contratos de trabalho precários efectivos
Condições precárias de trabalho
Falta de progressão na carreira
Recusa na alteração da lei laboral e da criação de medidas
Ofertas de trabalho a licenciados com salários abaixo da média
Falta de condições e oportunidades para estudar
Impossibilidade de conciliação dos estudos com a actividade profissional
Falta de cursos profissionais nas empresas
Especialização de empregados

Provoca:

Pobreza
Desemprego
Instabilidade emocional
Falta de criação de riqueza
Falta de confiança no futuro
Baixa natalidade
2.º Emprego
Aumento da carga horária semanal (20 horas)
Falta de aumentos salariais
Stress
Burnout

Exigimos:

Actualização das tabelas salariais de acordo com os aumentos do salário mínimo nacional, o SMN aumenta, os médios baixam e não são actualizados na mesma proporção porque a lei não permite e nem prevê estes aumentos.

Contratos directos com as empresas
Ordenado mínimo nacional de 850€ por mês
Seguros do ramo vida e não vida
Estabilidade profissional e emocional
Usufruto das regalias dos quadros permanentes
Progressão salarial
Alterações do código do trabalho
Alterações do IRCT - Instrumentos de regulamentação colectiva de trabalho (contratos colectivos)
Criação de leis adequadas
Criação de medidas legislativas apropriadas
Prestação de serviços só com as mesmas regalias das empresas contratantes.

Que esta petição seja abençoada por São José, o santo padroeiro dos trabalhadores para que tenha piedade de nós e que nos defenda de quem recusa aumentar-nos os salários com valores justos, os quais merecemos e temos direito! Assim seja!

Subscritor(es)

Nídia Fernandes Campeão